



PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

Cargo:
Técnico Previdenciário II

043
NÍVEL MÉDIO

Prova Objetiva
Aplicação: 2/11/2002



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Ao receber este caderno, confira se ele contém vinte questões objetivas corretamente ordenadas.
2. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
3. Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,20 ponto no resultado da questão, conforme consta no Edital n.º 1/2002 – PR/PREVI, de 12/9/2002.
4. Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
5. Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
6. A duração da prova é de três horas, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
7. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

1. 3/11/2002 – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- 11 e 12/11/2002 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, exclusivamente nos locais e horários a serem informados juntamente com a divulgação desses gabaritos.
- 16/11/2002 – Data prevista de divulgação (após a apreciação de eventuais recursos) — no Diário Oficial do Estado do Paraná, nos locais mencionados no item 1, no hall de entrada da PARANAPREVIDÊNCIA e no endereço eletrônico <http://www.pr.gov.br/paranaprevidencia> — do resultado final da prova objetiva, da convocação para a avaliação de títulos para os cargos de nível superior e médio e do final do processo seletivo para os cargos de nível fundamental.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recorrentem de acordo com o estabelecido no item 12 do Edital n.º 1/2002 – PR/PREVI, de 12/9/2002.
- Informações relativas ao processo seletivo poderão ser obtidas pelo telefone (0 XX1) 011-440-0100.
- É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando de cada uma das questões de 1 a 20, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará penalização. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 1

Julgue os itens abaixo, relativos ao Conselho Fiscal da PARANAPREVIDÊNCIA.

- 1 O Conselho Fiscal compõe-se de seu presidente, e respectivo suplente, de seis conselheiros efetivos e três suplentes.
- 2 O presidente é de livre escolha do governador.
- 3 Todos os conselheiros são indicados pelo governador.
- 4 O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente uma vez por mês.
- 5 Compete ao Conselho Fiscal aprovar o Regimento Interno da PARANAPREVIDÊNCIA.

QUESTÃO 2

Julgue os itens que se seguem, relativos ao Conselho Diretor da PARANAPREVIDÊNCIA.

- 1 Na composição do Conselho Diretor da PARANAPREVIDÊNCIA, há um diretor de previdência.
- 2 Ao diretor de administração compete representar a PARANAPREVIDÊNCIA.
- 3 Ao diretor de administração compete a aquisição de material e a manipulação do acervo documental da instituição.
- 4 O mandato dos conselheiros é de seis anos.
- 5 Não é permitida aos membros do conselho a inscrição no sistema de seguridade funcional.

QUESTÃO 3

A PARANAPREVIDÊNCIA é um ente de cooperação governamental do estado do Paraná para o cumprimento de suas obrigações de seguridade funcional e tem por finalidade gerir o respectivo sistema, segundo o regime de benefícios e serviços previstos na Lei estadual n.º 12.398/1998. Com referência a esse assunto, julgue os itens a seguir.

- 1 A PARANAPREVIDÊNCIA é uma instituição com personalidade jurídica de direito privado, com prazo de duração indeterminado e com exercício financeiro coincidente com o ano civil.
- 2 Um servidor, para ser indicado diretor de finanças, deve contar, no mínimo, com dez anos de efetivo exercício no cargo.
- 3 Com o objetivo de todos os poderes terem representantes no Conselho Fiscal, o Ministério Público estadual indicará um conselheiro efetivo para o referido conselho.
- 4 Um servidor poderá ser designado diretor de administração, independentemente de seu pai já ser membro do Conselho de Administração.
- 5 Um membro do Conselho Fiscal poderá efetuar negócios indiretamente relacionados com a PARANAPREVIDÊNCIA.

QUESTÃO 4

A PARANAPREVIDÊNCIA constituirá, como parte de seu patrimônio, mas com identidade jurídico-contábil, Fundos de Previdência e Financeiro, de natureza previdenciária. A esse respeito, julgue os itens seguintes.

- 1 O pagamento dos benefícios de previdência funcional do servidor inativo, qualquer que seja a sua situação, será realizado pelo Fundo Financeiro.
- 2 A partir da data de publicação da Lei estadual n.º 12.398/1998, todo servidor que assumir cargo no serviço público estadual paranaense será vinculado ao Fundo de Previdência.
- 3 A PARANAPREVIDÊNCIA não poderá ter fins lucrativos, por ser uma pessoa jurídica de direito público, com natureza de serviço social autônomo paradministrativo.
- 4 O estado poderá fazer doações para os fundos de bens móveis ou imóveis, desde que isso seja aceito pelo Conselho Fiscal da PARANAPREVIDÊNCIA.
- 5 A PARANAPREVIDÊNCIA não poderá: atuar como instituição financeira; prestar fiança ou aval; obrigar-se, de favor, por qualquer outra forma.

QUESTÃO 5

Cláudio, casado, nascido em 14/8/1976, é servidor ativo titular de cargo efetivo do estado do Paraná, com vínculo funcional permanente e em exercício desde 1.º/3/1998.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os seguintes itens.

- 1 Cláudio é, obrigatoriamente, inscrito na condição de segurado na PARANAPREVIDÊNCIA.
- 2 Cláudio não poderá ser designado para a função de diretor jurídico da PARANAPREVIDÊNCIA, caso sua sogra seja membro do Conselho de Administração dessa entidade.
- 3 Cláudio poderá inscrever sua mãe como dependente para o regime de previdência, independentemente de comprovação de dependência econômica.
- 4 O servidor terá direito a aposentadoria por invalidez permanente se for considerado definitivamente incapacitado para o cargo público por motivo de deficiência fisiológica.
- 5 Caso seja cedido a outro estado da Federação, Cláudio terá sua inscrição como segurado da PARANAPREVIDÊNCIA cancelada.

QUESTÃO 6

Acerca do Plano de Benefícios previsto na Lei estadual n.º 12.398/1998, julgue os itens abaixo.

- 1 Aposentadoria por invalidez permanente, aposentadoria compulsória por implemento de idade e pensão por morte do segurado estão entre os benefícios garantidos pela PARANAPREVIDÊNCIA.
- 2 O cônjuge e os filhos do segurado poderão ser inscritos como dependentes do segurado sem necessidade de comprovação de dependência econômica.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.
Souza, segurado da PARANAPREVIDÊNCIA, foi acometido de uma doença que impôs seu afastamento compulsório do serviço, com base em laudo conclusivo da medicina especializada, ratificado por junta médica credenciada.
Nessa situação, para obter a aposentadoria por invalidez, Souza dependerá apenas de entrar em licença para afastamento de saúde pelo período mínimo exigido.
- 4 O servidor titular de cargo efetivo que tiver ingressado no serviço público em 1.º/3/2002 terá direito a aposentadoria voluntária por tempo de contribuição ao completar sessenta anos de idade e 35 anos de serviço.
- 5 Um servidor que ocupe exclusivamente cargo em comissão não terá direito de receber benefício previdenciário concedido pela PARANAPREVIDÊNCIA.

QUESTÃO 7

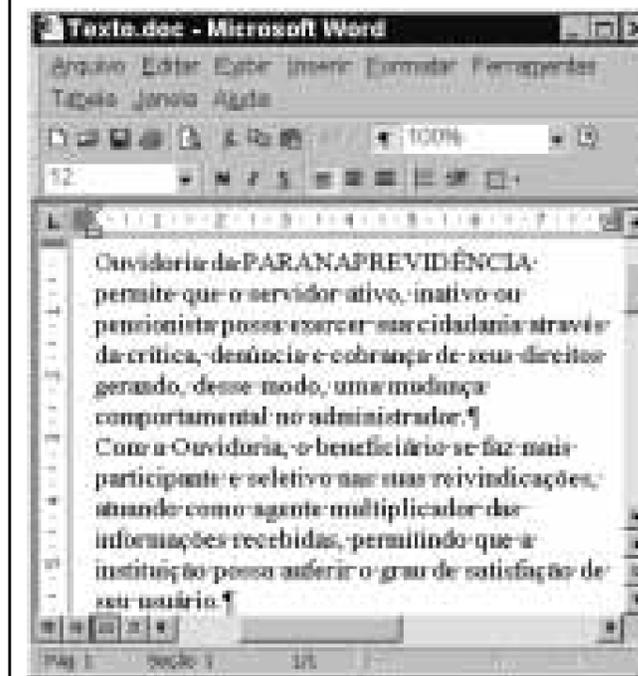
A respeito das contribuições previdenciárias, julgue os itens a seguir.

- 1 O servidor, segurado da PARANAPREVIDÊNCIA, que for cedido a outro ente federado terá sua contribuição previdenciária destinada ao Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná.
- 2 O valor da contribuição previdenciária destinado à PARANAPREVIDÊNCIA deverá ser contabilizado individualmente por servidor.
- 3 A contribuição do estado do Paraná para o Fundo de Previdência deve ser calculada nos mesmos percentuais e valores pagos pelos servidores e militares ativos.
- 4 No caso de inadimplência do estado no repasse obrigatório da contribuição mensal à PARANAPREVIDÊNCIA, caberá ao estado pagar diretamente os benefícios do mês.
- 5 Se um servidor, aposentado pelo regime geral de previdência social (RGPS), atualmente ocupar, exclusivamente, um cargo em comissão no estado do Paraná, nesse caso, a sua contribuição previdenciária será destinada ao RGPS.

Nas questões de 8 a 10, que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destras e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

Texto I – questões 8 e 9

A figura abaixo mostra uma janela do aplicativo Word 2000, com parte de um texto extraído do *site* <http://www.pr.gov.br>.



QUESTÃO 8

Com relação ao Word 2000, julgue os itens subsequentes, considerando a figura incluída no texto I.

- 1 Para se obter um sinônimo da palavra “Ouvitoria”, é suficiente clicar sobre essa palavra e, a seguir, clicar a opção Sinônimo, encontrada no menu **Editar**.
- 2 Para se copiar para a área de transferência um trecho do documento que esteja selecionado, é suficiente manter a tecla **Shift** pressionada e, a seguir, teclar **Insert**.
- 3 Caso se aplique um clique duplo sobre a palavra “PARANAPREVIDÊNCIA” e, a seguir, se clique , a referida palavra será recortada do documento.
- 4 Por meio do botão , é possível a verificação de erros de grafia e gramática no documento em edição.
- 5 É possível salvar o documento em edição em um arquivo com nome diferente de Texto.doc por meio da opção Salvar como, encontrada no menu **Arquivo**.

QUESTÃO 9

Ainda com relação ao Word 2000, julgue os itens abaixo, considerando a figura incluída no texto I.

- 1 Todas as palavras do segundo parágrafo do documento serão selecionadas, caso seja realizada a seguinte seqüência de ações: clicar imediatamente antes de “Com”; pressionar e manter pressionada a tecla ; clicar sobre a palavra “usuário”; liberar a tecla .
- 2 O botão  é utilizado para deletar palavras selecionadas do texto.
- 3 No menu , encontra-se a opção Localizar, que é utilizada para a procura de uma determinada palavra no documento.
- 4 Ao se selecionar um trecho do documento e, a seguir, mantendo-se as teclas  e  pressionadas, se teclar , esse trecho do documento será colocado automaticamente como uma nota de rodapé.
- 5 Para se salvar todas as modificações realizadas no documento em edição, é suficiente clicar .

QUESTÃO 10

Com relação à Internet, julgue os itens a seguir.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.
João acessou uma página Web para realizar o download de um arquivo ali disponível. Sabendo que é possível contrair vírus de computador em processos de download de arquivos, João decidiu proteger seu computador antes de iniciar o processo desejado. Para isso, clicou com o botão esquerdo do mouse no *hyperlink* da página Web acessada. Nessa situação, João estará protegendo completamente seu sistema contra qualquer vírus de computador que esteja embutido no arquivo que será carregado da página na qual o *hyperlink* tiver sido executado.
- 2 Na Web, é possível, utilizando-se de um navegador, acessar sites de busca por meio de uma rede dial-up.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.
Pedro acessou a Internet por meio de um provedor localizado em sua cidade, utilizando-se, para se conectar ao provedor, de um modem e de sua linha telefônica. Nesse acesso à Internet, Pedro navegou durante todo o tempo em páginas Web localizadas nos Estados Unidos da América (EUA). Nessa situação, além das taxas a serem pagas ao seu provedor, Pedro deverá arcar com os custos do uso de sua linha telefônica, pagando, proporcionalmente ao tempo em que ficou conectado à Internet, como se estivesse realizando uma chamada internacional aos EUA.
- 4 Utilizando um browser, ao solicitar que o endereço pedro@cespe.unb.br seja acessado, um usuário da Internet estará se conectando à página Web denominada “pedro”, localizada no URL www.cespe.unb.br, caso essa página exista.
- 5 Ao se acessar uma página Web utilizando-se de um navegador, estará sendo estabelecida uma conexão entre o computador do usuário que solicitou o acesso e o computador no qual a página está armazenada. Nesse acesso, é permitida a visualização do conteúdo da página Web ao usuário e, ao mesmo tempo, é permitido o conhecimento das informações armazenadas no computador do usuário ao administrador da página acessada. Esse recurso permite que a identidade dos usuários da Internet seja conhecida, evitando o uso indevido das informações contidas na rede mundial de computadores.

QUESTÃO 11

Um pouco de história

1 Quando fazemos um mergulho na história da
2 humanidade, descobrimos que, nas primeiras civilizações das
3 quais temos notícia, a maior parte da força de trabalho era
4 formada por escravos obtidos em guerras de conquista. No
5 entanto, aqueles cidadãos que desenvolviam alguma espécie
6 de atividade econômica não-escrava já esboçavam
7 preocupação com a eventual perda da capacidade produtiva e
8 buscavam amealhar e economizar recursos a serem
9 despendidos no futuro incerto, quando não mais tivessem
10 condições de trabalho.
11 A chegada da Revolução Industrial acentuou
12 sobretudo a preocupação com a perda da capacidade
13 produtiva. Naquele estágio de desenvolvimento, se o
14 trabalhador perdesse sua capacidade laborativa, quer por
15 idade quer por doença ou invalidez, era deixado, com sua
16 família, em verdadeiro estado de necessidade, desprovido de
17 qualquer amparo financeiro e assistencial, fato que tinha
18 repercussões sociais e econômicas.
19 O Estado, então, passou a considerar e a intervir na
20 garantia de atendimento ao trabalhador idoso, invalidado ou
21 incapacitado, tendo sido implementados vários mecanismos
22 de atendimento a esses necessitados, até que, durante o
23 governo de Bismark, na Alemanha, a previdência social
24 tomou feição pública e de compulsoriedade.
25 No contexto atual, todos os sistemas previdenciários,
26 guardadas as peculiaridades de cada um, possuem por
27 fundamento um modelo de seguro social que é custeado, em
28 maior ou menor grau, pelo capital, pelo trabalho e pelo
próprio Estado, sendo que a este também cabe dispor sobre as
regras gerais da previdência.

Mauro Ribeiro Borges. A nova previdência funcional paranaense. 1.ª ed., Curitiba, 2001, p. 2-3 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, relativos ao sentido das estruturas empregadas no texto acima.

- 1 O verbo “amealhar” (l.8) pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido e a ênfase desejados pelo autor, por **juntar aos poucos**.
- 2 A expressão “futuro incerto” (l.9) refere-se à experiência possivelmente trazida pela “eventual perda da capacidade produtiva” (l.7), situação em que o cidadão estaria desamparado por não ter como se manter.
- 3 Na linha 12, o uso de “sobretudo” indica que o autor considera que o impacto da Revolução Industrial na preocupação com a perda da capacidade produtiva acompanhou a evolução histórica do homem, ocorrendo de forma normal e esperada.
- 4 A expressão “a esses necessitados” (l.22) refere-se a “trabalhador idoso, invalidado ou incapacitado” (l.20-21) e seu emprego pode ser considerado um recurso para evitar a repetição vocabular no texto.
- 5 Na linha 27, o uso de “custeado” indica que o capital, o trabalho e o Estado são igualmente responsáveis pelas despesas do sistema previdenciário.

QUESTÃO 12

Acerca da redação oficial, julgue os itens abaixo.

- 1 Como forma de comunicação entre o poder público e os cidadãos, a redação oficial é caracterizada pela clareza e impessoalidade, entre outros atributos.
- 2 A necessidade de usar linguagem compreensível a qualquer interessado justifica o emprego do padrão culto da língua nos textos oficiais e a ausência de gírias e regionalismos, por exemplo.
- 3 A originalidade e a inovação vocabular devem estar presentes na redação oficial, que se pauta pelo respeito à evolução da língua e pelo uso da linguagem conotativa.
- 4 A linguagem técnica nunca deve ser utilizada na redação oficial, pois prejudica o entendimento da mensagem por parte daqueles que com ela não estão familiarizados.
- 5 São exemplos de documentos oficiais: ata, ofício, parecer, cartão-postal, edital e circular.

QUESTÃO 13

Ainda com relação à redação oficial, julgue os itens a seguir.

- 1 O memorando é geralmente usado para declarar ou afirmar fato ou direito a respeito do qual o signatário do documento tenha conhecimento.
- 2 Uma vez que o ofício e o memorando prezam a agilidade na comunicação, é possível que algumas informações sejam omitidas nesses documentos, como a data e o destinatário.
- 3 A ata é o documento em que é registrado o conteúdo de uma reunião, assembléia ou sessão. Deve ser elaborada de forma clara, apesar de sintética, para que se possa, no futuro, tomar conhecimento dos fatos ocorridos durante o evento em questão.
- 4 O parecer, que consiste em opinião especializada sobre determinado assunto ou fato, torna-se necessário quando a administração precisa de subsídios para fundamentar suas decisões.
- 5 Além das expressões “Respeitosamente” e “Atenciosamente”, as comunicações oficiais podem ser finalizadas por frases coloquiais ou de cunho literário, com o objetivo de atenuar sua formalidade.

QUESTÃO 14

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base nas normas previstas na Emenda Constitucional n.º 20, de 15/12/1998.

- 1 Fábio tomou posse, em 25/9/2001, no cargo temporário de médico do governo do estado do Paraná. Nessa situação, deve filiar-se, no exercício desse cargo, ao regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo daquele estado.
- 2 Sérgio completou, no dia 6/5/2002, setenta anos de idade, tendo nessa data 36 anos de tempo de contribuição, dez anos de efetivo exercício no serviço público e quatro anos de efetivo exercício no cargo de fiscal do ICMS do governo do estado do Paraná. Nessa situação, o governo do estado do Paraná somente poderá aposentá-lo compulsoriamente em 6/5/2003.
- 3 João, que, desde 20/9/1995, recebe proventos de aposentadoria do regime geral da previdência social, ingressou em 3/2/2001, por concurso público, em cargo público efetivo do município de Curitiba. Nessa situação, João deverá renunciar aos proventos pagos pelo regime geral de previdência social, em razão da proibição de acumulação desses proventos com a remuneração do cargo municipal.
- 4 Manoel, servidor titular de cargo efetivo, possuía, em 15/12/1998, 53 anos de idade, cinco anos de efetivo exercício no cargo que atualmente ocupa e 35 anos de tempo de contribuição. Nessa situação, Manoel, em 16/12/1998, poderia aposentar-se com proventos integrais correspondentes à totalidade da remuneração do cargo efetivo.
- 5 Aldo, titular de cargo efetivo de professor do município de São Paulo, comprovou trinta anos de efetivo exercício das funções de magistério no ensino médio, sendo dez anos no cargo do município de São Paulo e vinte anos no governo do estado do Paraná. Nessa situação, ao completar 55 anos de idade no cargo de professor do município de São Paulo, Aldo poderá aposentar-se com proventos integrais correspondentes à totalidade da remuneração desse cargo.

QUESTÃO 15

Carlos divorciou-se da sua primeira esposa, passando a pagar pensão alimentícia para ela e para o filho do casal. Em seguida, ele casou-se pela segunda vez e teve um outro filho com a sua segunda esposa. Posteriormente, veio a falecer, sendo, na ocasião do seu falecimento, servidor público do estado do Paraná, titular de cargo efetivo.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 1 A pensão por morte para as duas famílias somente poderá ser concedida se todos os possíveis dependentes tiverem requerido o benefício.
- 2 O pagamento da pensão por morte deverá ser efetuado a um único receptor, mesmo existindo filhos habilitados de núcleos familiares diferentes.
- 3 A pensão por morte corresponderá à integralidade da remuneração, vencimentos ou proventos do segurado, sobre os quais havia a incidência da contribuição previdenciária por pelo menos sessenta meses.
- 4 A pensão por morte que será paga ao ex-cônjuge, que já recebia pensão alimentícia, observará os mesmos parâmetros da pensão que recebia antes do óbito.
- 5 Os proventos da pensão por morte serão rateados em cotas iguais, não importando o número e a condição dos dependentes previstos legalmente entre os que se habilitam ao recebimento do benefício.

QUESTÃO 16

Com base na legislação que organiza o regime próprio de previdência do governo do estado do Paraná, julgue os seguintes itens.

- ❶ Antes da concessão da aposentadoria por invalidez permanente, o servidor público titular de cargo efetivo estará obrigado a submeter-se a tratamento de saúde por um período mínimo de quatro anos.
- ❷ Estão abrangidos pelo regime próprio de previdência social do governo do estado do Paraná apenas os servidores que exercem cargo comissionado e que não sejam, ao mesmo tempo, servidores públicos titulares de cargo efetivo.
- ❸ Ao se inscrever na PARANAPREVIDÊNCIA, o servidor público titular de cargo efetivo deverá, obrigatoriamente, declarar todos os tempos de contribuição que possui vinculados a outros regimes de previdência e que pretenda averbar para fins de aposentadoria, apresentando a documentação correspondente.
- ❹ Para receber pensão por morte, o filho maior inválido, solteiro e sem renda, de servidor público titular de cargo efetivo deverá comprovar que a invalidez ou incapacidade teve início antes da data do óbito do servidor.
- ❺ Os pais do segurado somente poderão receber a pensão por morte se não existir outro dependente preferencial — cônjuge, convivente, filho ou enteado — habilitado ao benefício.

QUESTÃO 17

Com base nos preceitos constitucionais, julgue os itens abaixo.

- ❶ Para servidores públicos, não é permitida, em nenhuma hipótese, a acumulação de aposentadorias.
- ❷ Os regimes de previdência destinados aos servidores públicos titulares de cargo efetivo têm, obrigatoriamente, caráter contributivo.
- ❸ A aposentadoria por invalidez, em qualquer hipótese, garantirá ao servidor os mesmos proventos a que ele tinha direito quando estava na ativa.
- ❹ O servidor público titular de cargo efetivo, ao completar setenta anos de idade, deve ser aposentado obrigatoriamente, mesmo que deseje continuar trabalhando.
- ❺ No caso de aposentadoria compulsória, o cálculo do benefício deverá levar em consideração o tempo de contribuição que o servidor público titular de cargo efetivo possua.

QUESTÃO 18

Para ter direito à aposentadoria voluntária, um servidor público titular de cargo efetivo

- ❶ necessita cumprir, no mínimo, dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria.
- ❷ poderá, no caso de professor de nível superior, usufruir de uma redução de até dez anos nos requisitos de idade e de tempo de contribuição válidos para os demais servidores públicos.
- ❸ poderá, para fins de apuração do tempo mínimo de efetivo exercício no serviço público, computar tempo prestado em outro ente federativo, diferente do que está vinculado à época em que irá requerer a sua aposentadoria.
- ❹ precisará, no caso de aposentadoria por idade, cumpridos os requisitos relativos ao tempo de efetivo exercício no serviço público e ao cargo que ocupa, ter, se homem, idade mínima de 65 e, se mulher, idade mínima de sessenta anos de idade.
- ❺ poderá, para fins de contagem de tempo de contribuição, valer-se de lei que venha estabelecer a possibilidade de cômputo de tempo fictício.

QUESTÃO 19

Mário, segurado ativo da PARANAPREVIDÊNCIA, possui dois dependentes regularmente inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA. Mário foi condenado e preso por dez anos de reclusão, não percebendo remuneração, vencimentos ou proventos de inatividade nesse período.

Considerando a situação hipotética acima e a legislação previdenciária paranaense, julgue os itens a seguir, relativos aos benefícios de pensão por prisão do segurado.

- ❶ Mário tem direito a perceber pensão por prisão do segurado.
- ❷ Os dependentes de Mário têm direito a perceber pensão por prisão do segurado.
- ❸ A pensão decorrente de prisão consistirá em renda mensal equivalente a dois terços da remuneração, dos vencimentos ou dos proventos do segurado e será paga durante metade do período em que ele estiver preso.
- ❹ Se Mário for solto antes do término do período previsto na sentença condenatória, mesmo assim seus dependentes continuarão percebendo a pensão referida.
- ❺ Caso Mário fuja da prisão, haverá a suspensão da pensão.

QUESTÃO 20

Julgue os itens que se seguem, relativos às parcelas que podem ser descontadas da remuneração, proventos e benefícios com base na legislação previdenciária paranaense.

- ❶ Os valores pagos indevidamente pela PARANAPREVIDÊNCIA poderão ser descontados de uma única vez.
- ❷ A pensão de alimentos decretada em decisão judicial pode ser descontada.
- ❸ As contribuições devidas pelo segurado aos fundos de natureza previdenciária não podem ser descontadas.
- ❹ As contribuições devidas pelo segurado aos serviços médico-hospitalares podem ser descontadas.
- ❺ O imposto de renda retido na fonte pode ser descontado.

